

VI CONGRESSO DOS ADVOGADOS PORTUGUESES

4ª Secção: A Advocacia, Funcionamento dos Tribunais e Custos da Justiça

Tema: Honorários/Quota-litis

Comunicação apresentada por
António Arnaut – Coimbra (Ced. Prof. Nº 827 C)

A proibição da **quota-litis** é tradicional na grande maioria dos países, sobretudo nos de forte tradição jurídica. Remonta a Constantino (ano 325) e, no caso português, passou pelas Ordenações, por um Alvará de 1774, pelo Código Civil de 1867, pelo Estatuto Judiciário de 1927 e pelo Estatuto da Ordem de 1984 e sucessivas alterações, a última e mais profunda, de 2001. Chegou ao actual Estatuto, aprovado pela Lei 15/2005, **mas chegou mal e de forma capciosa**.

Na verdade, o artº 101º, depois de a proibir expressamente (nº1), e de a definir (nº2), admite no nº3, uma **forma atípica ou imperfeita de quota-litis**. O legislador (Ordem dos Advogados) fechou aparentemente a porta a esse acordo imoral, mas deixou uma larga

fenda por onde podem entrar outras formas de fixação de honorários eticamente discutíveis, que vêm agravar o custo da justiça e afectar a respeitabilidade da advocacia.

Como sabemos, a **quota-litis** consiste na fixação prévia dos honorários em função **exclusiva** do resultado da lide, sobretudo quando esta é de conteúdo puramente monetário. O advogado tem uma **quota** na lide. Se o cliente ganha a questão, o advogado recebe a sua quota. Se perde, o advogado nada recebe.

Como também sabemos, a proibição filia-se na **independência e dignidade** do advogado, cujos honorários não podem depender, aleatoriamente, do resultado da questão, mas, essencialmente, do seu trabalho. Só o trabalho justifica qualquer retribuição.

Ora, nos termos da 1ª parte do nº 3 do artº 101º “*não constitui pacto de quota-litis o acordo que consista na fixação prévia do montante dos honorários, ainda que em percentagem, em função do valor do assunto confiado ao advogado*”.

Permite-se assim que o advogado convencie com o cliente, **à revelia dos critérios estabelecidos pelo próprio Estatuto**, que os honorários consistirão numa **percentagem**, ou numa quota, do valor do assunto.

Trata-se, pois, de uma **forma encoberta de quota-litis**, mais indecorosa do que a quota-litis pura, tradicionalmente proscrita, porque na situação agora permitida, o advogado **recebe sempre**, mesmo que o cliente perca a questão.

Esta norma destina-se àquelas sociedades que habitualmente patrocina negócios milionários, quer particulares, quer do Estado. A Ordem não pode compactuar com semelhante entorse do nosso cânone deontológico, atentatório da **dignidade da advocacia**.

Os honorários, como exige o artº 100º do Estatuto, devem corresponder aos **serviços efectivamente prestados**, tendo em conta os **critérios** ali indicados, especialmente a importância e dificuldade da questão, o tempo gasto e o resultado obtido. **Entre os referidos critérios não há qualquer referência ao valor do assunto.**

O advogado não é um mercenário, ou um mediador do mercado para ser pago à **percentagem** do valor do assunto, ignorando em absoluto, os critérios legalmente estabelecidos para se obter “uma compensação económica **adequada** pelos serviços **efectivamente prestados**”, na própria formulação estatutária.

A compensação só é **adequada e justa** se respeitar os critérios legais para a sua quantificação. A norma posta em causa nesta comunicação é um **desvio**, eticamente inadmissível, a tais critérios e à nossa longa e ininterrupta tradição forense.

CONCLUSÕES:

- 1) A 1ª parte do nº 3 do artº 101º do E. O. A. permite a fixação prévia dos honorários numa **percentagem** do valor do assunto.
- 2) Trata-se de uma forma indirecta ou atípica do pacto de **quota-litis**, tradicionalmente proibido por atentar contra a dignidade e

independência do advogado e a própria respeitabilidade da advocacia.

- 3) No caso, esta forma de fixação de honorários é mais indecorosa do que a quota-litis pura ou típica, visto que o advogado é sempre pago mesmo que o cliente nada receba.
- 4) A norma em causa fere a nossa secular tradição forense e o prestígio da advocacia, **ignorando**, por outro lado, os critérios estabelecidos pelo artº 100º para a quantificação dos honorários.
- 5) De facto, aquele artigo impõe que a retribuição do advogado deve corresponder aos **serviços efectivamente prestados**, tendo em conta, sobretudo, a dificuldade do assunto, o tempo gasto e o resultado obtido.
- 6) O valor do assunto ou da questão não vem ali indicado como um dos elementos para a quantificação do montante **adequado**.
- 7) Em consequência, o Congresso deve recomendar ao Bastonário que, nos termos do artº 39-1-e) do Estatuto, faça as diligências necessárias para a urgente alteração legislativa da referida norma.

Coimbra, 26 de Outubro de 2005

António Arnaut